

Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal no Pará

SUMÁRIO

1. Identificação	2
2. Responsabilidades institucionais	3
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	3
3. Estratégia de atuação	17
4. Gestão de Programas e Ações.....	24
5. Desempenho operacional.....	49
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	77
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	78
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	93
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	<u>94</u>
Anexo E – Demonstrativo de transferência realizadas no exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007.....	103
Anexo F – Informações da Unidade de Pessoal (conforme art. 8º da IN/TCU nº. 44/2002).....	104

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará.	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Criação: Portaria nº 527/64-DG, de 24/12/64, publicada no Boletim de Serviço nº 245, de 24/12/65.</p> <p>Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
CNPJ	00.394.494/0030-70	
Nome e código no SIAFI	Superintendência Regional do DPF no Pará - 200077	
Código da UJ titular do relatório	Superintendência Regional do DPF no Pará - 200077	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.	
Endereço completo da sede	Av. Almirante Barroso nº. 4466 – Souza, Belém/PA, CEP: 66.613-905, fone: (91) 3214-8002, Fax: (91) 3214-8036	
Endereço da página institucional na internet	Usar o padrão: http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200077
	Tesouro	200386
	Funapol	200387

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) **Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) **Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) **Controle de Identificação Criminal e Civil:** a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;

- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;(lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006*) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, ***Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.***

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;

4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;

3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

2.1.2 Realizações e principais resultados

A Superintendência Regional do DPF no Pará é uma Unidade Descentralizada da estrutura do Departamento de Polícia Federal, a quem compete, nos termos do art. 25 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1825, de 13.10.2006, do Ministério da

Justiça, no âmbito de sua circunscrição, planejar, dirigir, coordenar, executar e controlar as atividades-fim do Departamento e administrar as unidades descentralizadas em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

O cenário atual exige do aparelho governamental que sejam adotadas políticas públicas que assegurem a consolidação do exercício do direito de cidadania em benefício de cada membro da sociedade nacional. Nesse contexto, as responsabilidades institucionais do Departamento de Polícia Federal impõem o desafio de que seja prestado serviço de qualidade ao cidadão em cada unidade da federação em que se faz representar por suas Superintendências Regionais, Divisões ou Delegacias.

Fundamentada nessa visão, esta Superintendência Regional do DPF no Pará durante todo o exercício de 2007 procurou, em sintonia com as orientações emanadas do órgão central, sem extrapolar a esfera de competência institucional do órgão, contribuir para a segurança pública dentro de sua área de circunscrição, em parceria com órgãos e instituições similares no âmbito do Estado, de forma a corresponder às expectativas da sociedade que clama por melhores e mais dignas condições de vida, em especial no que se refere ao quesito segurança.

A SR/DPF/PA, participou de inúmeras atividades no projeto enumerado e nas ações referenciadas, permanecendo atuante seja na prática da rotina policial, seja no âmbito de ação local, regional, estadual e Federal, podem ser mencionados como exemplo as atividades/operações de maior relevância de 2007, listadas nos quadros abaixo apresentados, segundo relatório público do serviço de Comunicação Social.

Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro,

ATIVIDADE: I	DATA: 30/01/2007	ÂMBITO: Nacional
OPERAÇÃO	Kolibra	
OBJETIVO:	Desmontar rede internacional de tráfico	
de entorpecentes		
RESULTADO	350 policiais cumpriram mandados de prisão	
e, de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio de Janeiro. Mais de 19 pessoas presas.		
ATIVIDADE: II	DATA: 17/04/2007	ÂMBITO: Regional
OPERAÇÃO	42 Graus	
OBJETIVO:	Desarticular organização criminosa	
especializada em tráfico de drogas sintéticas.		
RESULTADO	Policiais cumpriram mandados de prisão e	
de busca e apreensão nos estados de Pará e Amapá. Foram presas 14 pessoas e		

cumpridos 11 mandados de busca.

ATIVIDADE: III	DATA: 01/06/2007	ÂMBITO: Local
OPERAÇÃO	MEDELLÍN (Parceria com PRF, Civil e Militar do Pará, Receita Federal e GEPROC)	
OBJETIVO:	Desarticular organização criminosa especializada em tráfico de drogas sintéticas.	
RESULTADO	200 Policiais Federais cumpriram 25 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça em Abaetetuba, a cerca de 130 quilômetros de Belém em diversos locais do município, considerado uma das principais rotas de contrabando e tráfico de drogas do Pará. Embarcações da Polícia Federal, Receita Federal e equipes da Polícia Rodoviária Federal fizeram blitz nos rios e igarapés da Região. nesses locais. Alça Viária e outros acessos rodoviários foram fiscalizados.	

ATIVIDADE: IV	DATA: 10/11/2007	ÂMBITO: Local
OPERAÇÃO	Ação Relevante DRE (Parceria Polícia Civil / PA)	
OBJETIVO:	Ação 2680 - Rotina	
	Investigação de Policiais Federais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes de longa duração resultou em apreensão recorde anual.	
RESULTADO	129 quilos de cocaína apreendidas.	
	A droga estava escondida em isopores dentro de um barco aportado em Icoarací, distrito de Belém. Doze pessoas foram presas. Nesta data a Superintendência Regional da PF no Pará contabiliza 923 quilos de cocaína apreendidos.	

Ação nº 2820 - Operações de Caráter Sigiloso, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

ATIVIDADE: I	DATA: 27/06/2007	ÂMBITO: Regional
OPERAÇÃO	MATAMENTO (Justiça Estadual/PA)	
OBJETIVO:	O objetivo inicial considerava apurar o envolvimento de policiais de Marabá/PA com o tráfico de drogas., segundo investigações preliminares da Delegacia da Polícia Federal de Araguaína/TO.	
	As diligências apontaram para o envolvimento dos acusados em pelos menos trinta execuções nos últimos dois anos na região. Dez mortes teriam sido praticadas pelo grupo de extermínio só naquele ano	
RESULTADO	Sessenta e quatro policiais federais do Pará, Maranhão e Tocantins foram designados para cumprir 18 mandados de prisão e 20 de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Estadual de Marabá/PA. Todos os mandados de busca e apreensão foram cumpridos e 15 pessoas foram presas. Entre elas, seis policiais militares e uma empresária da cidade. Os policiais federais encontraram várias armas, dois quilos de cocaína e mais de cento e setenta e sete mil reais em dinheiro.	

Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.

ATIVIDADE: I	DATA: 02/03/2007	ÂMBITO: Local
OPERAÇÃO	ANANIAS (Parceria com o IBAMA)	
OBJETIVO:	Desarticular um complexo esquema que envolvia madeireiros, despachantes e servidores públicos.	
RESULTADO	Policiais cumpriram mais de 30 mandados de prisão e 44 de busca e apreensão nos estados de Pará e Amapá. Foram presas 14 pessoas e cumpridos 11 mandados de busca, nas cidades de Altamira, Santarém, Uruará, Belém, Itaituba, Placas e Porto de Moz. O comando operacional foi montado em Altamira e contou com cerca de 150 policiais federais lotados no Pará, Ceará, Maranhão e Piauí.	

ATIVIDADE: II	DATA: 05/03/2007	ÂMBITO: Local
OPERAÇÃO	XINGU (Parceria com o MPF, MPS)	
OBJETIVO:	prender integrantes de uma quadrilha que	
	agia na concessão de benefícios previdenciários	
RESULTADO	Cerca de 50 policiais federais cumpriram 12	
	mandados de prisão e 13 mandados de busca e apreensão. Foram presas 14 pessoas e cumpridos 11 mandados de busca, nas cidades de Altamira e Uruará. Entre os presos estavam servidores públicos, agenciadores, dirigentes sindicais dos trabalhadores rurais e uma vereadora do município de Uruará/PA.	

ATIVIDADE: III	DATA: 18/05/2007	ÂMBITO: Local
OPERAÇÃO	TILT	
OBJETIVO:	Retirar das ruas máquinas caça-níqueis,	
	utilizadas irregularmente conforme a legislação em vigor no país.	
RESULTADO	Policiais federais cumpriram 09 mandados	
	de busca e apreensão. Todos os mandados haviam sido cumpridos. Vinte e sete máquinas foram apreendidas pelos policiais e encaminhadas para a sede da Delegacia da Polícia Federal de Altamira. Não houve nenhum incidente durante a operação e ninguém foi preso.	

ATIVIDADE: IV	DATA: 15/05/2007	ÂMBITO: Local
OPERAÇÃO	LAVRADOR	
OBJETIVO:	Desarticular esquema de quadrilha atuante	
	em fraudes contra o PRONAF – Programa Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar, do Governo Federal. Utilizando trabalhadores como o prejuízo causado pela fraude pode ter ultrapassado um milhão de reais.	
RESULTADO	50 Policiais Federais deram cumprimento a	
	11 mandados de prisão e 14 de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal de Altamira. As ações ocorreram nas cidades de Altamira/PA, Brasil Novo/PA Medicilândia/PA e Uruará/PA. A operação é resultado de dois meses de investigações realizadas pela área de inteligência, sem pedidos de interceptação telefônica	

ATIVIDADE: V	DATA: 21/06/2007	ÂMBITO: Nacional
OPERAÇÃO	ABATEDOURO (Parceria: Receita Federal)	
OBJETIVO:	Desarticulação de esquema de sonegação	

fiscal mantido por dois grandes grupos de empresas atuantes no ramo frigorífico. A metodologia usada envolveria a criação de empresas de fachada, no ramo frigorífico e abate de gado, constituídas em nomes de sócios-proprietários "laranjas". Os sócios de direito firmam procurações para terceiros,

RESULTADO	150 Policiais Federais deram cumprimento a
Vinte e três mandados de busca e nove mandados de prisão temporária expedidos pela Justiça Federal de Imperatriz.. Os mandados foram cumpridos nas cidades de Imperatriz e Açailândia, no Estado do Maranhão, Araguaína, no Tocantins, Eldorado dos Carajás e Altamira, no Pará e Fernandópolis e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.	
Estimativas da Receita Federal apontam omissão de receita no montante de R\$ 1.589.350.000,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta e nove milhões, trezentos e cinquenta mil reais) por parte das empresas investigadas, apenas nos últimos cinco anos.	

ATIVIDADE: VI	DATA: 29/06/2007	ÂMBITO: Regional
OPERAÇÃO	OURO VERDE II (Parceria: IBAMA)	
OBJETIVO:	Prender quadrilha envolvida na falsificação	

de licenças ambientais. A ação acontece em Belém e mais dez cidades do interior do estado do Pará, além de dois municípios no interior do Maranhão.

As fraudes realizadas pelo grupo se davam de duas formas: uma era a inserção fraudulenta de créditos no sistema informatizado que permite a impressão dos Documentos de Origem Florestal – as DOF's . A outra era a impressão de grande número de DOF's, onde constavam quantidades absurdas de madeiras e carvão a serem transportadas e/ou estocadas. Com isso, a quadrilha conseguia “esquentar a madeira” ou “lavar a madeira”.

A investigação, iniciada pela Delegacia de Combate aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Superintendência da Polícia Federal no Pará, indicou fortes indícios da participação de “hackers” que estariam conseguindo desbloquear o Cadastro Técnico Federal do Sistema do IBAMA e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará, por meio da internet.

Apenas numa das operações, identificadas durante as investigações, foram inseridos ilicitamente cento e sessenta mil metros cúbicos (160.000 m³) de madeira o que teria gerado, só nessa operação, um lucro de dezesseis milhões de reais (R\$ 16.000.000,00).

RESULTADO	140 Policiais Federais do Pará, de Rondônia
e do Maranhão cumpriram 34 mandados de busca e apreensão, 24 mandados de prisão temporária, e 6 mandados de prisão preventiva.	

Todo o material apreendido e os detidos foram encaminhados para a Superintendência da Polícia Federal em Belém.

ATIVIDADE: VII	DATA: 13/12/2007	ÂMBITO: Regional
OPERAÇÃO	ROTINA: (Parceria: IBAMA)	
OBJETIVO:	Retirada de madeireiros de reserva indígena	
Operação de retirada A ação contou com a participação de policiais da Superintendência Regional da PF no Pará e do Comando de Operações Táticas (COT) e teve como objetivo evitar um conflito entre os invasores e a comunidade indígena.		
RESULTADO	Policiais Federais do Pará procederam	
retirada de dezenove madeireiros que atuavam irregularmente na Reserva Indígena Tembés, na região do Alto Rio Guamá, em Paragominas (PA). Todos os madeireiros foram conduzidos para a sede da Superintendência da Polícia Federal em Belém, onde prestaram depoimento e em seguida foram liberados.		
Foram apreendidos dois caminhões carregados de toras de madeiras, bem como tratores, 11 motos-serra, uma motocicleta, um revólver calibre 38 e diversas espingardas de caça. As investigações prosseguem para descobrir o destino da madeira.		

ATIVIDADE: VIII	DATA: 13_29/07/2007 E 12_19/08/2007	ÂMBITO: Nacional
OPERAÇÃO	Jogos Pan e Parapan Americanos 2007	
OBJETIVO:	Segurança dos Jogos	
RESULTADO	Policiais Federais do Pará participaram	
De todas as atividades programadas dos jogos: como planejamento e execução de segurança, Chefia de Grupos executivos, Segurança de dignitários e de atletas, varreduras de segurança, monitoramento de comunicações e, atendimento de chamadas referentes a bombas e explosivos.		

Devendo ser destacada, a participação permanente em equipes do DRT, nas fiscalizações no interior visando o combate ao trabalho em condições de semi escravidão.

3. Estratégia de atuação

Para consecução dos objetivos propostos, em função de suas atribuições constitucionais, esta Superintendência Regional elaborou um plano de metas, como estratégia de atuação, algumas das quais foram atingidas parcialmente, sem contudo obscurecer o resultado das atividades do exercício, que, a nosso ver, no geral pode ser considerado satisfatório. Abaixo listamos algumas metas da atividade-fim e meio, a justificativa de cada meta proposta, as ações desenvolvidas para alcançá-las, bem como os resultados obtidos.

Metas da Unidade

DELEMIG/SR/DPF/PA

Meta 1: Expedir o novo modelo de passaporte brasileiro

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados:

Meta 2: Operacionalizar o novo sistema de tráfego internacional - STI

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento: A meta não foi atingida devido não ter sido possível o aumento da banda de conexão que serve ao aeroporto internacional de BELÉM, os serviços do novo STI não puderam ser iniciados, dependendo da CTI/DPF/DF tal feito, devendo ocorrer durante o ano de 2008.

Resultados:

Meta 3: Concluir a instalação do espaço físico destinado ao funcionamento da Representação Regional da INTERPOL

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento: Tendo em vista o descredenciamento do APF CLEONE do curso referente à INTERPOL em Brasília/DF, esta representação regional não pôde dar prosseguimento às ações previstas, devendo aguardar treinamento de um outro servidor, o que poderá ocorrer no decorrer de 2008

Resultados:

Meta 4: Implementar a repressão na utilização de mão de obra estrangeira ilegal/irregular especificamente na capital do Estado.

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Resultado alcançado

Meta 6: Implantar um cronograma de operações policiais para a cidade de Belém, voltado para a identificação, notificação e deportação de estrangeiros em situação ilegal no território nacional.

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Resultado Alcançado

Meta 5: Capacitar parte dos servidores da DELEMIG no combate a incêndios

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Não atingida, em virtude do excesso de atividades da DELEMIG/PA e a falta de tempo para contato com o Corpo de Bombeiros visando a um possível treinamento

Meta 5: Transferir o serviço cartorário dos delegados da DELEMIG da SR/PA para a Delegacia

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Meta desconsiderada, tendo em vista que, após reunião com o Sr. Superintendente Regional/DPF/PA, ficou acertado que todos os serviços cartorários permaneceriam na SR/PA.

Meta 5: Treinar um APF com formação em Direito na condução de Inquérito de Expulsão

Justificativa:

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Alcançado

DELEFAZ/SR/DPF/PA

META 1: Igualar/superar o número de IPL's instaurados em 2006.

JUSTIFICATIVA: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

AÇÃO: Otimizar os procedimentos para a análise de documentos e elaboração de portarias.

RESULTADOS: Instauraram-se 638 IPL's no ano de 2006 e 752 IPL's no ano de 2007.

META 2: Igualar/superar o número de IPL's Relatados em 2006.

JUSTIFICATIVA: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

AÇÃO: Determinar as providências de utilidade em cada inquérito que podem ser tomadas, visando relatar aqueles procedimentos em que já se esgotou o trabalho como polícia judiciária da União.

RESULTADOS: Relataram-se 167 IPL's no ano de 2006 e 354 IPL's no ano de 2007.

META 3: Intensificar a repressão ao contrabando e descaminho, seja por via fluvial ou terrestre.

JUSTIFICATIVA: Belém é uma capital que possui acesso tanto por via fluvial quanto por via terrestre, sendo um dos principais pontos de entrada de contrabando e descaminho no país, sobretudo de mercadorias vindas do Suriname.

AÇÃO: Operações fluviais na Baía do Guajará e na Ilha de Marajó, além da montagem de barreiras nas vias de acesso à capital.

RESULTADOS: Não foram realizadas operações fluviais de repressão ao contrabando e descaminho, porém realizaram-se prisões de contrabandistas através de denúncias anônimas em agosto de 2007 e através de operações em conjunto com a Receita Federal em setembro de 2007.

META 4: Implementar ações policiais na repressão dos crimes cibernéticos em Belém e no interior do Estado. JUSTIFICATIVA: As ocorrências relacionadas a crimes de desvio de valores via Internet são endêmicas no Estado do Pará, notadamente em Belém e em

Parauapebas/PA, podendo-se dizer que o Estado é onde mais se apresenta esta modalidade de delito, de acordo com as instituições bancárias.

AÇÃO: Planejamento e execução de operações visando desarticular as organizações criminosas especializadas neste tipo de delito.

RESULTADOS: Em 2007 não foram realizadas operações visando desarticular as organizações criminosas especializadas neste tipo de delito, porém, em dezembro de 2006 foi realizada a operação Control + Alt + Del, que teve desdobramentos durante todo o ano de 2007, com a condenação de todos os acusados na Justiça Federal.

META 5: Estabelecer um planejamento de repressão permanente à atividade de bingos ou cassinos que se utilizam de máquinas do tipo “caça-níqueis”.

JUSTIFICATIVA: Assim como ocorre em diversas capitais do Brasil, Belém também possui uma considerável quantidade de casas de bingo e jogos de azar com a utilização de máquinas caça-níqueis.

AÇÃO: Planejamento e execução de operações visando à apreensão desse tipo de máquina, com a sua posterior destruição e indiciamento dos responsáveis.

RESULTADOS: Não foram realizadas operações específicas visando à repressão à atividade de bingos ou cassinos, porém, a Polícia Federal acompanhou e auxiliou operações da Polícia Civil no combate à utilização de máquinas caça-níqueis, em agosto de 2007.

META 6: Incrementar ações de repressão à proliferação de rádios clandestinas na capital e no interior do Estado.

JUSTIFICATIVA: Como já amplamente verificado, o Pará também possui uma enorme quantidade de rádios clandestinas.

AÇÃO: Planejamento e execução de operações, em conjunto com a ANATEL, objetivando a desativação das rádios clandestinas e indiciamento dos responsáveis.

RESULTADOS: Foram realizadas operações em conjunto com a ANATEL e interrupção de funcionamento de rádios clandestinas, com o posterior encaminhamento dos equipamentos à ANATEL e indiciamento dos responsáveis.

META 7: Incrementar ações de repressão à circulação de moeda falsa.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de repressão da circulação de moeda falsa neste Estado, mediante estudo da incidência desse tipo de crime nesse estado.

AÇÃO: Planejamento e execução de operações objetivando a retirada de circulação de moeda falsa e punição dos fabricantes e envolvidos.

RESULTADOS: Não foram realizadas operações para reprimir a circulação de moeda falsa no ano de 2007, porém, várias cédulas foram apreendidas e encaminhadas ao SETEC/SR/DPF/PA para elaboração de laudo e, posteriormente, reunião de todas as cédulas com o mesmo número de série a fim de ser realizada uma investigação aprofundada para se chegar aos responsáveis.

META 8: Intensificar a política de relacionamento com o MPF e RF no sentido de obter a cooperação dos mesmos na apuração dos crimes de colarinho branco e desvios de verbas federais.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de parceria na apuração dos delitos em tela, visto que a investigação dos mesmos atravessa obstáculos bancários, fiscais e judiciais, quanto à obtenção de informações essenciais.

AÇÃO: Executar o plano.

RESULTADOS: Reuniões com o MPF para discutir metas de ação, prioridades, prazos, entre outros tópicos. Deliberou-se que os crimes de colarinho branco e desvios de verbas federais teriam prioridade com relação a outros crimes como “rádio pirata” quando a potência da rádio for inferior a 25 watts, falso testemunho na Justiça do Trabalho, pequenos furtos, dentre outros.

META 9: Intensificar as ações policiais periódicas nos portos e aeroportos alfandegados, com vistas à repressão ao descaminho de mercadorias.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de otimizar a atuação da DELEFAZ no combate ao descaminho de mercadorias.

AÇÃO: Operações em conjunto com a Inspeção da Receita Federal nos portos e aeroportos alfandegados.

RESULTADOS: Não foram realizadas operações em conjunto com a Receita Federal nos portos e aeroportos alfandegados, porém, há investigações em curso, com o objetivo de reprimir o crime de descaminho.

META 10: Manter gestões, através da COR, DREX e SR/PA, junto à ANP no sentido de proporcionar aos Delegados lotados nas Delegacias Fazendárias estudos, reciclagem e treinamento com vistas à apuração dos crimes de colarinho branco e desvios de verbas federais, bem como daqueles decorrentes do avanço tecnológico, a exemplo dos praticados através da Internet.

JUSTIFICATIVA: A Falta de um conhecimento mais técnico tem demonstrado a dificuldade na apuração desses crimes.

AÇÃO: Elaboração de documentos.

RESULTADOS: Houve participação de servidor da DELEFAZ/SR/DPF/PA em curso na ANP no ano de 2007, porém, relacionado ao Comércio Ilegal de Agrotóxicos, sendo imprescindível a participação de Delegados deste setor em estudos com vistas à apuração de crimes de colarinho branco, desvios de verbas federais e aqueles praticados através da Internet, para melhor instrução dos inquiridos.

META 11: Manter gestões junto à DREX/SR/PA, com vistas à concentração na DELEFAZ da apuração dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, bem como dos crimes de desvios de verbas federais praticados por prefeitos, vereadores e demais gestores públicos.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de uniformizar e agilizar a apuração desses delitos, dada a importância e repercussão dos mesmos no cenário estadual e nacional.

AÇÃO: Exposição de motivos à DREX/SR/DPF/PA.

RESULTADOS: Vários inquiridos que envolvem crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de desvios de verbas federais praticados por prefeitos, vereadores e demais gestores públicos tramitam na DELEFAZ/SR/DPF/PA, porém, devido ao efetivo insuficiente deste setor, que conta atualmente com apenas uma Delegada, tais inquiridos também são distribuídos para Delegados lotados em outros setores.

META 12: Implementar ações de combate a pirataria (CD's, DVD's, roupas, calçados e etc...)

JUSTIFICATIVA: Aumento da pirataria e o compromisso do governo federal com o combate a esse tipo de crime.

AÇÃO: Executar o plano.

RESULTADOS: Não foram realizadas operações específicas para o combate a esse tipo de crime, porém, a Polícia Federal acompanhou e auxiliou a Polícia Civil em operações dessa natureza em setembro de 2007, em lojas no bairro Comércio, nesta cidade.

META 13: Incrementar ações de combate à instalação de máquinas caça-níqueis em bingos e bares da região metropolitana de Belém.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de combater os jogos ilegais.

AÇÃO: Executar o plano.

RESULTADOS: Acompanhamento e auxílio em operações da Polícia Civil no combate à utilização de máquinas caça-níqueis, em agosto de 2007, em diversos estabelecimentos da cidade.

META 14: Implementar as ações de combate à adulteração de combustíveis, na região metropolitana de Belém.

JUSTIFICATIVA: Evitar esse tipo de infração e danos aos veículos dos usuários.

AÇÃO: Executar o plano.

RESULTADOS: Não foram realizadas ações de combate à adulteração de combustíveis na região metropolitana de Belém, porém, há investigações em curso, com o objetivo de reprimir tal delito.

SELOG/SR/DPF/PA

Meta 1: Contratação para manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática e impressoras.

Justificativa: Necessidade de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitado Projeto Básico, sendo concluído no final do ano, apenas para o serviço de manutenção de impressoras.

Resultados: Não alcançado.

Meta 2: Contratação para manutenção preventiva e corretiva na Central Telefônica.

Justificativa: Necessidade de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Fora decidido pela aquisição de uma nova central telefônica, ocorrendo a aquisição em 2008.

Resultados: Não alcançado.

Meta 3: Aquisição de Material de Consumo.

Justificativa: Necessidade de compor estoque.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Adesão a Ata de Registro de Preços referente a Pregão Eletrônico.

Resultados: Reposição do estoque.

Meta 4: Aquisição de Material Permanente, (mobiliário, condicionadores de ar, impressoras máquina xerográfica).

Justificativa: Necessidade de reaparelhamento, substituição de móveis velhos, compra de computadores, impressoras e etc.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Adesão a Ata de Registro de Preços referente a Pregão Eletrônico.

Resultados: Aquisição de Ar condicionado e Impressoras.

Meta 5: Reforma e Ampliação do SETEC/PA: Criação de três novos laboratórios.

Justificativa: Criação de três novos laboratórios para recebimento de equipamentos provenientes do PROMOTEC, atualmente gerenciado pelo INC/Brasília, no total de 243m²: instrumental de química, informática e audiovisual.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de Licitação para execução dos serviços de adequação da estrutura física do Laboratório de Química Clássica e Instrumental.

Resultados: O serviço de adequação irá atender a necessidade dos serviços periciais do SETEC/SR/DPF/PA.

Meta 6: 1-Aquisição de 01 Capela com sistema de exaustão e sistema hidráulico e 01 balança semi-analítica para o laboratório de análises químicas do SETEC/PA,

Justificativa: Adequação as necessidades técnicas existentes.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Confecção do Projeto Básico

Resultados: Fora iniciado o procedimento licitatório, mas houve a necessidade de ajustes, ficando a meta a ser alcançada em 2008.

Meta 7: Reforma nas instalações físicas da Delegacia em Marabá

Justificativa: O Prédio encontra-se distorido.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Procedimento Licitatório para a reforma.

Resultados: Não fora alcançado devido a não disponibilidade de crédito orçamentário.

Meta 8: Adquirir seis (06) computadores de grande porte, dotados das características de servidores de dados

Justificativa: Para efetuar a operação e gerenciamento ótimo do grande numero de sistemas de informação que dão suporte as atividades do dpf no estado do Pará , sendo que os dois únicos servidores atuais já são muito antigos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Através da DLOG/DPF, foi possível a aquisição.

Resultados: Aquisição de 06 servidores de rede.

As metas

No âmbito do SELOG/SR/DPF/PA, a maioria das metas não foram atingidas devido a escassez de servidores administrativos que dão o apoio a atividade policial, pois a falta de pessoal administrativo e a desmotivação de alguns que atuam, ocasionadas pelo atual cenário que os administrativos se encontram, a exemplo do não atendimento das suas reivindicações por parte do Governo Federal e a sobrecarga de tarefas e responsabilidades, vem refletindo negativamente no desempenho deste SELOG, setor este de fundamental importância para o apoio à atividade fim.

O SELOG vem enfrentado grandes dificuldades para atender com eficácia as demandas no âmbito da Superintendência, e considerando ainda, que o mesmo atende também diretrizes emanadas pelo Órgão Central do DPF e às dos Órgãos de Controle do Governo Federal, no que se refere ao atendimento das suas solicitações de auditoria interna e Processo de Tomada de Contas – Relatório de Gestão da Superintendência.

A greve dos administrativos ocorrida em setembro, que perdurou por quase 42 dias, também contribuiu para o atraso dos procedimentos necessários à licitações - pois algumas solicitações para abertura de processos licitatórios se deram ainda em setembro passado, a exemplo dos processos de fornecimento de passagens, fornecimento de combustíveis para as Descentralizadas e para a Sede, serviço de vigilância ostensiva, serviço de limpeza e conservação, serviço de manutenção corretiva e preventiva para as viaturas das descentralizadas, serviço de manutenção corretiva e preventiva para as lanchas da Sede e DPF/SNM, fornecimento de água mineral para a Sede e Descentralizadas dentre outras necessárias ao bom andamento dos serviços, pois a deficiência também se dá na não realização da pesquisa de preço necessária para estimar o valor, em tempo hábil, pois no final do exercício só contávamos com dois servidores para atender a demanda de toda a regional, dificultando o andamento dos processos. O SELOG há tempos vem envidando esforços para maximizar os resultados esperados e minimizar os problemas existentes, mesmo com todas as dificuldades conseguimos êxito em algumas ações a exemplo do atendimento a contento das ações referentes ao deslocamento dos servidores que atuaram na segurança e apoio aos jogos PAN E PARAPANAMERICANOS, realizados na cidade do Rio de Janeiro.

4. Gestão de programas e ações

Programa 0089– PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

AÇÃO 0181 –PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS.

Tipo	OPERAÇÕES ESPECIAIS
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Programa 1127– SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações
Gerente do programa	Antônio Carlos Biscaia
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice sintético de desempenho
Público-alvo (beneficiários)	Operadores de Segurança Pública

AÇÃO 1F65 –IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE.

Tipo	PROJETO
Finalidade	Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.
Descrição	Implantação de sistema único de comunicação e comando/controlado, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmeras no estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp.
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível
---	---------------------------

AÇÃO 8545 – APOIO A REPRESSÃO QUALIFICADO.

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade.
Descrição	Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo o território nacional. Operações Integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio aos órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas do território nacional; Operações combinadas de segurança pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
Unidades executoras	SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	João Francisco Goulart dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível

Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Governo

5) AÇÃO 2000 –ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Programa 1353– MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
Gerente do programa	DPF – Alciomar Goersch
Gerente executivo	Maurício de Melo Passos
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de modernização das unidades operacionais da Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

AÇÃO 1899 –REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO(PROMOTEC/PRO-AMAZONIA).

Tipo	PROJETO
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Programa 0662– COMBATE A CRIMINALIDADE

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Gerente do programa	Não possui
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

AÇÃO– 2679 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.

Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Tude Tupy Fonseca
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

ACÇÃO– 2720 - OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorenz de Azevedo

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível
---	---------------------------

ACÇÃO- 2726 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível

Coordenador nacional da ação	Leandro Daiello Coimbra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Recursos Financeiros

O volume total de recursos movimentados por esta Unidade no exercício de 2007 com despesas de custeio foi aproximadamente R\$ \$ 7.456.853,44 (sete milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três e quarenta e quatro centavos) assim distribuídos:

Elemento de Despesa	Detalhamento da despesa	200386	200387	Total
33.90.14.14	Diárias no país	R\$ 1.136.069,18	R\$1.678.910,57	R\$ 2.814.979,75
33.90.30.01	Combustíveis e lubrif. automotivos	R\$ 392.951,31	R\$ 16.619,70	R\$ 409.571,01
33.90.30.04	Gases e outros materiais engarrafados	-	R\$ 186,22	R\$ 186,22
33.90.30.07	Gêneros alimentícios	R\$ 19.473,35	R\$ 3.199,69	R\$ 22.673,04
33.90.30.09	Material Farmacológico	R\$ 147,81	-	R\$ 147,81
33.90.30.11	Material químico	-	-	R\$ 0,00
33.90.30.16	Material de expediente	R\$ 127.077,34	R\$ 1.837,67	R\$ 128.915,01
33.90.30.17	Material de processamento de dados	R\$ 319.605,51	R\$ 5.556,30	R\$ 325.161,81
33.90.30.19	Mat. acondicionamento e embalagem	R\$ 115,50	R\$ 1.146,93	R\$ 1.262,43
33.90.30.20	Material de cama, mesa e banho	R\$ 1.988,10	-	R\$ 1.988,10
33.90.30.21	Material de copa e cozinha	R\$ 3.165,00	R\$ 492,18	R\$ 3.657,18
33.90.30.22	Material de limpeza e prod. higienização	-	R\$ 69,40	R\$ 69,40
33.90.30.23	Uniformes, tecidos e aviamentos (PAN)	R\$ 20.472,76	-	R\$ 20.472,76
33.90.30.24	Mat. p/ manut. bens	R\$ 3.941,16	R\$ 1.889,96	R\$ 5.831,12

	imóveis/instalações			
33.90.30.25	Material p/ manut. de bens móveis	R\$ 360,00	R\$ 477,00	R\$ 837,00
33.90.30.26	Material elétrico e eletrônico	R\$ 4.026,28	R\$ 3.668,41	R\$ 7.694,69
33.90.30.27	Material de manobra e patrulhamento	-	R\$ 1.866,18	R\$ 1.866,18
33.90.30.29	Material p/ áudio, vídeo e foto	R\$ 2.483,00	R\$ 182,00	R\$ 2.665,00
33.90.30.39	Material p/ manutenção de veículos	R\$ 167.277,38	R\$ 9.010,25	R\$ 176.287,63
33.90.30.42	Ferramentas	R\$ 156,70	R\$ 819,59	R\$ 976,29
33.90.30.52	Material de caráter secreto ou reservado	-	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
33.90.33.01	Passagens para o país	R\$ 629.650,69	R\$ 25.406,24	R\$ 655.056,93
33.90.36.18	Manutenção e conserv. de equipamentos	-	R\$ 1.660,00	R\$ 1.660,00
33.90.36.20	Manutenção e conservação de veículos	-	R\$ 2.285,60	R\$ 2.285,60
33.90.36.21	Manut. cons. bens mov. outras naturezas	-	R\$ 1.226,00	R\$ 1.226,00
33.90.36.22	Manut. e conservação de bens imóveis	R\$ 3.777,32	R\$ 3.122,95	R\$ 6.900,27
33.90.36.24	Serviços de caráter secreto ou reservado	-	R\$ 4.894,40	R\$ 4.894,40
33.90.36.26	Serviços domésticos	-	R\$ 755,65	R\$ 755,65
33.90.36.39	Fretes e transp. de encomendas	-	R\$ 1.074,00	R\$ 1.074,00
33.90.36.59	Serviços de áudio, vídeo e fotos	-	-	-
33.90.37.02	Loc. mão-de-obra limpeza e conservação	R\$ 592.617,52	-	R\$ 592.617,52
33.90.37.03	Loc. mão-de-obra vigilância ostensiva	R\$ 743.374,68	-	R\$ 743.374,68
33.90.39.01	Assinatura de periódicos e anuidades	R\$ 600,00	-	R\$ 600,00
33.90.39.08	Manutenção de software	R\$ 200,00	R\$ 374,00	R\$ 574,00
33.90.39.16	Manutenção e conserv. de bens imóveis	R\$ 170.705,64	R\$ 3.802,50	R\$ 174.508,14

33.90.39.17	Manut. e conserv. máq. e equipamentos	R\$ 5.743,00	R\$ 2.907,00	R\$ 8.650,00
33.90.39.19	Manutenção e conservação de veículos	R\$ 38.934,10	R\$ 10.110,55	R\$ 49.044,65
33.90.39.20	Manut. cons. bens mov. outras naturezas	R\$ 8.920,00	R\$ 1.796,00	R\$ 10.716,00
33.90.39.42	Serviços de caráter secreto ou reservado	-	R\$ 6.392,79	R\$ 6.392,79
33.90.39.43	Serviços de energia elétrica	R\$ 428.798,82	-	R\$ 428.798,82
33.90.39.44	Serviços de água e esgoto	R\$ 14.448,69	-	R\$ 14.448,69
33.90.39.47	Serviços de comunicação em geral	R\$ 47.446,75	-	R\$ 47.446,75
33.90.39.57	Serviços de processamento de dados	R\$ 200,00	R\$ 850,00	R\$ 1.050,00
33.90.39.58	Serviços de telecomunicações	R\$ 761.823,02	R\$ 340,00	R\$ 762.163,02
33.90.39.69	Seguros em geral	R\$ 10.000,00	-	R\$ 10.000,00
33.90.39.83	Serviços de cópias e reprodu. documentos	R\$ 544,40	R\$ 828,70	R\$ 1.373,10
TOTAL		5.657.095,01	1.799.758,43	7.456.853,44

I. Relação de Bens e Serviços adquiridos por Dispensa de Licitação (sem contrato)**ADENDO**

ADENDO

II. Relação de serviços fornecidos por Inexibilidade (sem contrato)

Nº	FAVORECIDO	O B J E T O	VALOR R\$
01/2007	Banco do Brasil	Objeto: Atender despesas com pagamentos de seguro obrigatorio e taxas dos veiculos pertencente ao acervo patrimonial desta SR/DPF/PA,no decorrer do exercicio de 2007.	4.401,11

III. Bens e Serviços fornecidos na modalidade Pregão (sem contrato)

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
ATA 01/2007	PLF COMÉRCIO LTDA	Aquisição de suprimento de informática (cartuchos).	13.158,50
	ALVES E LIMA LTDA	Aquisição de suprimento de informática (cartuchos).	106.119,23
	INARA ANDRADE DAMASCENO	Copo descartável e açúcar	28.529,50
	ODEBRECHT COMÉRCIO E INDUSTRIA DE CAFÉ LTDA	Café	14.049,40
	PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA	Aquisição de suprimento de informática (cartuchos).	78.226,85
	HD COMERCIAL DE INFORMATICA LTDA	Aquisição de suprimento de informática (cartuchos).	5.471,62
	CR DA COSTA REPROGRÁFICA	Aquisição de suprimento de informática (cartuchos).	15.700,00

IV. Contratos Firmados para fornecimento de bens e serviços.

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
01/2007	NORTE TURISMO	Fornecimento de Passagens aéreas, fluvial e terrestre para a SR/PA.	1.000.000,00
03/2007	AUTO POSTO ARCO-IRIS	Fornecimento combustível em Altamira/PA.	27.040,00
04/2007	A.SOUZA & CIA LTDA	Fornecimento combustível em Santarém/PA.	45.616,36
05/2007	AUTO POSTO MUNDIAL LTDA	Fornecimento combustível em Redenção/PA.	32.657,28
06/2007	J.M.ALMEIDA E CIA LTDA	Fornecimento combustível em Marabá/PA.	45.966,00
07/2007	POSTO ALIANÇA	Fornecimento de Combustível para as viaturas da SR/PA em Belém/PA.	57.314,10
09/2007	PLANA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	Execução de serviços de adequação da estrutura física do laboratório de química clássica e instrumental para atender os serviços periciais da SR/DPF/PA - SETEC.	90.000,00
10/2007	TROPICAL AUTO PEÇAS LTDA.	Contrato de Manutenção preventiva e corretiva de veículos pertencentes ao acervo da DPF.SANTARÉM.	115.867,68
11/2007	SINETEL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.	Contrato Emergencial para o serviço de aceio e limpeza para a SR/PA e suas Descentralizadas.	91.846,82
001/2007	IMPrensa NACIONAL	Publicação no Diário Oficial	12.000,00

Contratos prorrogados que tiveram vigência em 2007:

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
10/2006	CPC	Manutenção Preventiva e Corretiva para as viaturas da SR/PA em Belém/PA.	271.992,00
01/2004	NORSERGEL	Prestação dos serviços de vigilância armada e segurança das instalações físicas da SR/DPF/PA e suas unidades descentralizadas e em Altamira, Marabá, Santarém e Redenção/PA.	743.374,68
06/2004	SINETEL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	Prestação dos serviços de limpeza e conservação das instalações físicas da SR/DPF/PA e suas unidades descentralizadas e em Altamira, Marabá, Santarém e Redenção/PA.	578.417,52
01/2006	EBCT	Prestação de serviço SEDEX/CORREIOS	18.000,00
02/2006	EBCT	Serviço de correspondência	12.000,00
07/2006	VITÓRIO GUIMARÃES	Locação Imóvel Redenção	25.238,40
03/2006	COIMBRA IMÓVEIS	Locação de Imóvel DPF.SANTARÉM	43.633,80
08/2006	SINETEL ENGENHARIA LTDA	Manutenção Predial	55.542,00
T.A.002/2008	INFRAERO	Linhas físicas	2.400,00
T.A.001/2007	INFRAERO	Cessão de Uso de Area	9.600,00
01/2003	AUTO POSTO AZULINO LTDA	Fornecimento de Combustível para as viaturas da SR/PA em Belém.	311.400,00
005/2006	AUGUSTO CESAR ALMEIDA VASCONCELOS	Locação de imóvel não residencial para a DELEMIG/SR/PA.	90.000,00

V. Contratos de locação de mão-de-obra:

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
1	06/2004 (encerrado)	Prestação dos serviços de limpeza e conservação das instalações físicas da SR/DPF/PA e suas unidades descentralizadas e em Altamira, Marabá, Santarém e Redenção/PA.	578.417,52

2	01/2004	Prestação dos serviços de vigilância armada e segurança das instalações físicas da SR/DPF/PA e suas unidades descentralizadas e em Altamira, Marabá, Santarém e Redenção/PA.	743.374,68
TOTAL			1.321.792,20

OBS: Os Contratos de locação de mão-de-obra no âmbito desta Unidade se restringiram, no exercício, à terceirização dos serviços de limpeza e conservação e vigilância ostensiva das instalações físicas da sede, em Belém, e das Delegacia de Polícia Federal instaladas nas cidades de Marabá, Redenção, Santarém e Altamira/PA.

VII. RESTOS A PAGAR

UG/GESTAO: 200386/00001 FONTE: 0100

EMPENHO	CREDOR	VALOR
2006NE900007	AUTO POSTO ATLANTICO LTDA	8.044,44
2007NE000068	SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FED	1.359,73
2007NE900008	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.	96,56
2007NE900009	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CE	2.272,99
2007NE900010	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	1.644,39
2007NE900012	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACO	7.385,19
2007NE900013	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTUR	999,11
2007NE900023	NORTE TURISMO LTDA	6.838,06
2007NE900029	VIVO S.A.	1.570,07
2007NE900077	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.750,00
2007NE900096	AUTO POSTO ARCO IRIS LTDA	5.825,81
2007NE900097	A SOUZA & CIA LTDA	1.653,33
2007NE900098	AUTO POSTO MUNDIAL LTDA	138,15
2007NE900125	CONSTRUTORA ADECOL LTDA	1.001,00
2007NE900166	J.M.ALMEIDA & CIA LTDA	8.672,45
2007NE900197	ANAISSI INFORMATICA E SERVICOS LTDA	390,00
2007NE900199	BANCO DO BRASIL SA	4.401,11
2007NE900209	CCM COMERCIAL LTDA	674,69
2007NE900264	BWB NEGOCIOS PUBLICITARIOS LTDA	600,00
2007NE900290	MARCOVEL VEICULOS COMERCIO LTDA	1.047,99
2007NE900291	MARCOVEL VEICULOS COMERCIO LTDA	1.228,50
2007NE900330	PLANALTO COMERCIO E SERVICOS LTDA	440,00
2007NE900362	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTUR	2.085,90
2007NE900376	KADOCHÉ COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTD	19.920,00
2007NE900392	ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC	39.575,76
2007NE900412	R.O. CREMONESI COMERCIO DE INFORMATI	4.780,00
2007NE900413	FORCE-LINE INDUSTRIA E COMERCIO DE C	1.368,00
2007NE900422	TROPICAL AUTO PECAS LTDA	13,05
2007NE900430	TELEMAR NORTE LESTE S/A	16.454,92
2007NE900431	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTUR	5.000,00
2007NE900432	VIVO S.A.	5.000,00

2007NE900433	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TEL	4.271,00
2007NE900435	AUTO POSTO ARCO IRIS LTDA	3.000,00
2007NE900436	A SOUZA & CIA LTDA	4.000,00
2007NE900437	J.M.ALMEIDA & CIA LTDA	4.000,00
2007NE900441	CONSTRUTORA ADECOL LTDA	2.999,00
2007NE900445	TROPICAL AUTO PECAS LTDA	13.440,00
2007NE900451	MICROLOG INFORMATICA E TECNOLOGIA LT	108.310,65
2007NE900484	SINETEL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	1.953,81
TOTAL		295.205,66

UG/GESTAO: 200387/00001 FONTE:

EMPENHO	CREDOR	VALOR
2007NE000001	SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FED	429,63
2007NE900016	NORTE TURISMO LTDA	13.799,63
2007NE900083	PLANA CONSTRUCOES, COMERCIO E REPRES	90.000,00
TOTAL		104.229,26

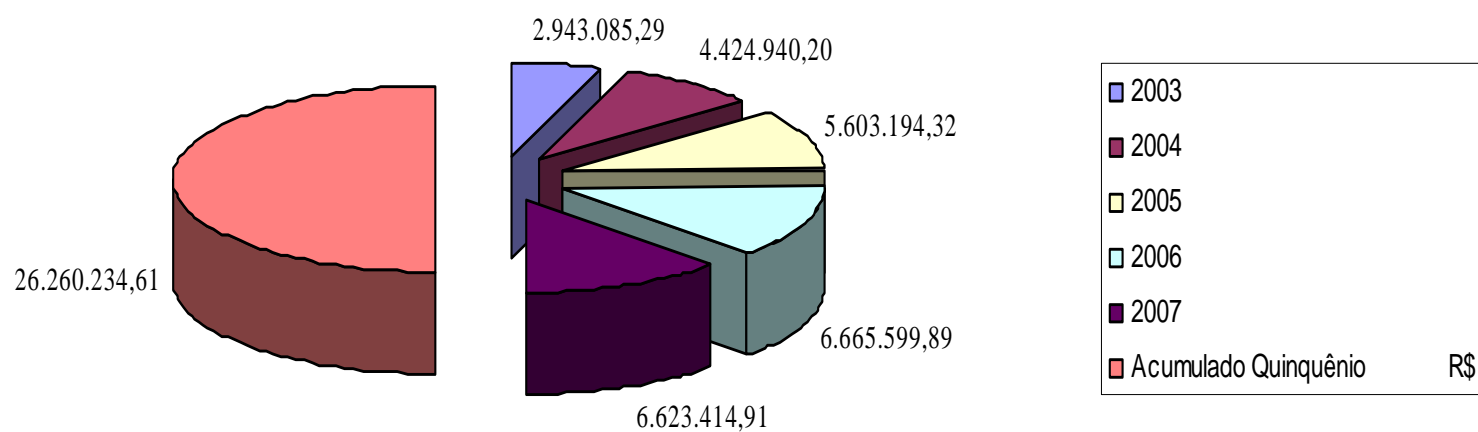
TOTAL UG 200386		295.205,66
TOTAL UG 200387		104.229,26
TOTAL GERAL		399.434,92

Apresentamos a evolução das despesas de funcionamento da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará.

Natureza da Despesa Detalhada		2003	2004	2005	2006	2007
33901414	DIARIAS NO PAIS	830.715,34	1.543.474,79	2.085.852,74	2.496.786,22	2.814.550,12
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	218.363,98	283.848,99	318.230,66	388.528,17	350.937,49
33903002	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	0,00	0,00	74,19	49,20	0,00
33903003	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	0,00	0,00	0,00	88,00	0,00
33903024	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	2.462,94	5.382,81	0,00	3.007,12	3.266,47
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	277.493,26	495.224,93	904.041,15	928.029,87	632.063,72
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	37.500,00	87.699,84
33903618	MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	0,00	550,00	0,00	0,00	0,00
33903622	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.777,32
33903625	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	339.774,40	368.629,27	543.120,00	578.417,52	578.417,52
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	181.551,89	430.572,23	562.109,00	713.210,85	743.374,68
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	0,00	0,00	41.000,00	48.500,00	50.680,75
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	386.427,37	370.496,10	42.023,91	319.045,88	167.675,15
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	270,00	5.993,27	2.897,00	3.207,00	4.913,00

33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	271.108,05	367.903,47	381.895,59	410.187,00	424.989,34
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	47.303,81	10.803,66	10.525,69	14.485,43	12.209,07
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	19.432,78	24.269,97	29.993,12	37.554,09	42.475,49
33903957	SERVICOS DE PROC. DE DADOS	0,00	351,00	145,00	0,00	200,00
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	334.120,83	465.082,73	644.597,84	686.491,76	705.440,55
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	442,87	191,00	0,00	200,00	0,00
33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	33.452,77	40.060,98	30.728,43	311,78	544,40
33903995	MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	165,00	12.105,00	5.960,00	0,00	0,00
TOTAL		2.943.085,29	4.424.940,20	5.603.194,32	6.665.599,89	6.623.414,91

CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA DE FUNCIONAMENTO DA SR/PA EVOLUÇÃO 2003-2007



Considerando as despesas realizadas, destacamos os gastos com Diárias-Pessoal Civil, no Programa de Trabalho AÇÃO 1F65 –IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE, referente aos jogos PAN e PARA- PAN-AMERICANOS na ordem de R\$ 850.432,96 e Passagens e Despesas com Locomoção na ordem de R\$ 94.955,09 e Material de Consumo no valor de R\$ 20.472,76, referente aos trajes a serem utilizados pelos policiais durante os jogos na cidade do Rio de Janeiro. As demais Diárias foram utilizadas nas: AÇÃO– 2679 - *FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS*, no valor de R\$ 96.574,40 e *Passagens no valor de R\$ 11.606,61, com a finalidade de Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas;* AÇÃO– 2726 -*PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO*, diárias no valor de R\$ 1.421.296,84, com a finalidade Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país; AÇÃO– 2720 - *OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO*, fora utilizado em torno de R\$ 18.000,00, com a finalidade de Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso; na AÇÃO 1899 – REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO(PROMOTEC/PRO-AMAZONIA), fora empenhado R\$ 90.000,00, referente ao serviço para adequação do Setor Técnico Científico com a finalidade de Reaparelhar a unidade da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade, a despesa acima informada está escrita em restos a pagar, aguardando a liquidação da mesma para o posterior pagamento, pois a licitação para a obra foi finalizada no final de dezembro de 2007. Na AÇÃO 2000 –ADMINISTRAÇÃO DA

UNIDADE., destacamos para as despesas referentes ao elemento de despesa consumo na ordem de R\$ 937.563,68 divididos em material de expediente, processamento de dados, combustíveis e lubrificantes; e, Equipamentos e Material Permanente no valor empenhado de R\$ 240.140,98, estando em restos a pagar, pois adquirimos no final do ano 07 Servidores de Rede no valor total de R\$ 108.310,65; 04 Coletores de Ponto com Biometria e Leitura SMARTCARD, no valor de R\$ 7.184,26; 24 Computadores R\$ 39.575,76 (falta a entrega pela empresa, pois fora adquiridos através de Registro de Preços, estando o valor escrito em restos a pagar) e R\$ 56.765,65, referente a aquisições de mobiliários, aparelho de ar condicionado, impressoras para a Sede e suas Descentralizadas, despesa esta paga, outrossim, todos os materiais permanentes foram adquiridos através de adesões à atas de registros de preços, destacamos ainda a utilização de passagens e despesas de locomoção no valor de R\$ 527.462,54, referente a execução de missões policiais e administrativas no âmbito da SR/PA e outras regionais, diárias no valor de R\$ 285.636,22, tal ação tem a finalidade de agregar as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, compreendendo serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade, ainda, na AÇÃO 0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS, a SR/PA, pagou benefícios assistenciais no valor de R\$ 10.241,21, cujo objetivo da ação é garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

DELEGACIA DE MARABÁ/PA – DPF/MBA/PA	7	-	7	25	1	6	1	3	3	-	53
DELEGACIA DE SANTARÉM/PA – DPF/SNM/PA	6	-	5	26	-	13	1	3	3	1	58
DELEGACIA DE ALTAMIRA/PA – DPF/ATM/PA	4	-	2	20	-	-	-	2	3	-	31
DELEGACIA DE REDENÇÃO – DPF/RDO/PA	2	-	1	22	-	-	1	2	-	-	28
T O T A L	39	20	44	181	9	94	9	28	32	5	461

4. Desempenho operacional

Analisando o desenvolvimento do DPF Nacional, como um todo, pressupõe-se o atendimento das metas de Direção como alcançadas no ano de 2007. Isto, considerando indicadores as metas pré-estabelecidas no nível histórico e, assumindo como elemento relacional o Desempenho Operacional Externo. Fato refletido nos índices de aceitação do trabalho da Polícia Federal pela população, como divulgado na mídia.

O DPF, porém, persegue internamente, ao menos desde 2000, objetivos estratégicos de rendimento no Serviço Público, igual ou, superior aos das melhores Polícias Internacionais e o de empresas tornadas privadas, com igual reconhecimento popular. Porém, ainda encontra resistências culturais que devem ser vencidas.

Iniciativas internas em âmbito Nacional, surgiram como o projeto de Planejamento Estratégico 2000-2006, mantido no nível de Diretoria e pouco divulgado. Outro ponto relevante foi o lançamento do PLANO DE METAS ANUAL (PMA), que direcionou o pensar dos Dirigentes Regionais e Setoriais para a Gestão de metas justificadas, cumpridas no tempo correto, e no custo destas ações através da relação entre a eficácia do planejado e efetividade dos seus resultados.

O DPF constrói neste momento o seu Planejamento Estratégico até o horizonte de 2022, orientado na visão de prospectiva, desta feita com a contribuição participativa de todas Unidades Descentralizadas. Este planejamento já inclui e complementa o estudo de indicadores válidos que demonstrem a eficácia, eficiência ou efetividade.

Afora todo este empenho institucional, descrito anteriormente, existe o reforço complementar de equipe de experts em Brasília, nomeados pelo Diretor De Administração E Logística Policial, através da PORTARIA No. 040/2008-DLOG/DPF, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008, para proceder à análise do documento "Proposta para

desenvolvimento da classificação de atribuições e de indicadores de desempenho do Departamento de Polícia Federal e outras providências”

Como resultado do trabalho pioneiro do Planejamento Estratégico e PMA, surgiram de forma espontânea nas diversas estruturas das Superintendências Regionais do DPF, grupos de estudos de aferição do alcance de metas através de indicadores e, de como estes devem ser nomeados, formulados e calculados, como visto no corpo deste relatório. Porém, sem que estejam regulamentados e uniformizados.

A implementação da metodologia Nacional firmada oficialmente pela Direção Nacional, é aguardada para inserção de informações concisas e padronizadas em relatórios desta natureza.

SCHEWART, porém, alerta que, sistemas complexos podem sair fora de sua capacidade por super-controle e que, a teoria das restrições deve ser respeitada no planejamento, a saber:

A característica importante do planejamento e controle da capacidade de realização, é a que visa definir os níveis de capacidade no médio e curto prazos em termos de ações rápidas. Isto é, tomar decisões de capacidade amplas e gerais, contando com o apoio eventual de parcerias. Logo, políticas agregadas assumem que o mix de diferentes produtos e serviços permanecerá relativamente constante durante o período de planejamento.

A Teoria das Restrições consiste em um sistema de planejamento estratégico de produção de bens e serviços desenvolvidos a partir da análise e reestruturação das restrições encontradas nos projetos operacionais. Fundamenta-se em uma seqüência de passos a serem implementados na organização, em que o planejamento, a execução e o controle são realizados através do Gerenciamento das Restrições, baseando-se no pressuposto de que se deve atuar nas causas das restrições que impedem o sistema de alcançar seus objetivos, que é a maximização do alcance das metas e da sustentabilidade do sistema como um todo.

Neste contexto a Restrição é qualquer elemento ou fator que impede que um sistema conquiste um nível melhor de desempenho no que diz respeito a seu objetivo. As restrições

podem ser físicas, como por exemplo, um equipamento ou a falta de material, mas elas podem ser também de ordem gerencial, como procedimentos, políticas e normas.

Desta maneira a detecção dos fatores limitantes ou, restrições e sua remoção, são fundamentais, antes que se estabeleçam objetivos fantasiosos, metas aventureiras e indicadores móveis.

Moellmann, A. H. et all. 2005 (XII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil - adaptado), enumeram os passos para melhoria do gerenciamento de Sistemas complexos, utilizando a Teoria da Restrição, o que é equivalente ao Ciclo de Deming (PDCA) do TQC Japonês.

1ª. Etapa: Identificar a Restrição do sistema, onde o recurso de menor capacidade define a capacidade máxima de todo o sistema. Em outras palavras, significa que alimentar a Restrição com menos implica em perda de oportunidade e/ou resultados, e alimentá-la com mais não resulta em maior saída;

2ª. Etapa: Decidir como explorar a Restrição do sistema. Ou seja, para maximizar o desempenho de todo o sistema é necessário, portanto, tirar o máximo proveito possível do recurso que o restringe;

3ª Etapa: Subordinar todo o sistema ao que foi decidido na 2ª etapa;

4ª Etapa: Elevar a Restrição do sistema;

5ª Etapa: Voltar à 1ª etapa se a restrição for eliminada em algum passo anterior e não permitir que a inércia atue neste processo.

4.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DAS UNIDADES COM O PLANO PLURIANUAL

4.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 1.650.777,27 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos)

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

Área de Exame	2003	2004	2005	2006	2007
Perícias Contábeis e Econômicas			15	27	13
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos			115	154	34
Perícias de Balística Forense			334	113	163
Perícias de Engenharia			10	01	04
Perícias de Informática			95	134	246
Perícias de Laboratório			66	143	169
Perícias de Local de Crime			19	28	21
Perícias de Meio Ambiente			2	4	9
Perícias de Veículos			29	24	33
Perícias Documentoscópicas			459	566	491
Perícias Merceológicas			13	18	11
TOTAL			1157	1210	1194

2005, 2006 Relatórios Manuais; 2007 Sistema de Criminalística

Inteligência Policial – SIP (Não Informado)

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Polícia Marítima – NEPOM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices mínimos

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Bens apreendidos					
Entorpecentes apreendidos					
Embarcações fiscalizadas					

Obs. Não houve atividades desenvolvidas diretamente pelo NEPOM.

Polícia de Imigração – DELEMIG

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Passaportes expedidos	8.435	9.705	11.851	12.293	13.456
Extradições	---	---	---	---	01
Carteiras de estrangeiros	322	535	379	376	274
Deportações	01	01	08	01	07
Expulsões	---	---	---	01	01
Repatriações	79	81	65	77	115

Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação ARROBA	Belém/ Castanhal	Comprovar a prática de apropriação indébita previdenciária por frigoríficos da região	28 mandados de Busca e Apreensão cumpridos	S
Operação XINGÚ	Altamira/PA	Comprovar fraudes em benefícios previdenciários	11 mandados de Prisão e 12 mandados de Busca e apreensão cumpridos	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade de IPL's instaurados	-	-	-	255	288
Quantidade de IPL's relatados	-	-	-	149	364
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	-	603	527
Estimativa de valores apurados nos inquéritos policiais: R\$	-	-	-	10 (dez) Milhões	20 (vinte) Milhões

Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação em conjunto com a Receita Federal, no mês de setembro/2007	Lojas no Bairro Comércio, Belém/PA	Repressão ao contrabando	Prisão de dois comerciantes chineses, por infração ao art. 334, CP	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

Índices - 2003 à 2007

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	123	2,85%
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	1798	41,68%
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	43	1%
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	110	2,55%
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	57	1,32%
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	40	0,93%
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	288	6,68%
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	105	2,43%
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade	573	13,28%

		Ideológica		
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	369	8,55%
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	40	0,93%
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	212	4,91%
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	368	8,53%
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	82	1,9%
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	42	0,97%
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	51	1,18%
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	12	0,28%
18	Outros	Diversos	-	-
TOTAL			4313	100%

Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
14 Operações de Trabalho Escravo	Estado do Pará	Localizar possíveis ocorrências de trabalho análogo a escravo	39 Fazendas Visitadas. 301 trabalhadores libertados; 35 armas apreendidas e 06 motosserras.	

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Segurança de Dignitários					19
Proteção de testemunhas ameaçadas					-
Registros de arma expedidos					4.132
Portes de arma expedidos					09

Controle de Segurança Privada - DELESP

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EFETUADAS	
NOME DA OPERAÇÃO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	21/maio/2007
MISSÃO	Fiscalização de rotina, em postos e empresas de segurança privada da região metropolitana de Belém/PA.
ÁREA DE ATUAÇÃO	Área metropolitana de Belém

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EFETUADAS	
NOME DA OPERAÇÃO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	22/agosto/2007
MISSÃO	Fiscalização de rotina, em postos e empresas de segurança privada da região metropolitana de Belém/PA.

ÁREA DE ATUAÇÃO	Área metropolitana de Belém
-----------------	-----------------------------

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EFETUADAS	
NOME DA OPERAÇÃO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	20/novembro/2007
MISSÃO	Fiscalização de rotina, em postos e empresas de segurança privada da região metropolitana de Belém/PA.
ÁREA DE ATUAÇÃO	Área metropolitana de Belém

Índices

OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	19
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	36
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	92
	COMPRA DE ARMAS	321
	COMPRA DE MUNIÇÕES	286.393
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	39
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	1.321
	NOTIFICAÇÃO	228

OUTRAS ATIVIDADES:	
DESCRIÇÃO	TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA	07
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES	92
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	214
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	3.520
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	2683
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS	378
ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS	21
ARMAS E MUNIÇÕES APREENDIDAS	29
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA	10

ARRECAÇÃO:	
TOTAL DE GRU FUNAPOL ARRECADADO	R\$ 478.695,96
TOTAL DE MULTAS PAGAS	
TOTAL GERAL	R\$ 478.695,96

**Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH
(Não Informado)**

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Análise Crítica:

O Setor Técnico Científico-SETEC, Não obstante a pequena queda na produção de laudos no exercício de 2007 em relação a 2006, consideramos o resultado favorável, visto as ocorrências verificadas no período, quais sejam:

- Cessão de 05 Peritos para atuarem nos jogos Pan-Americanos, sendo 03 por sessenta dias e 02 por noventa;

- Diversos Peritos atuaram em operações de trabalho escravo, de erradicação de maconha e de máquinas “caça-níquel” apenas para comporem as equipes de policcias, portanto, sem a necessidade de emissão de laudos;

- Dois Peritos reduziram a emissão de laudos, visto estarem elaborando projeto e coordenando o processo de licitação das obras de reforma do laboratório de química por um período de 60 dias;

O Setor Técnico científico (SETEC) da Superintendência Regional do Pará, ao final de 2007, contava com 15 Peritos Criminais Federais, para atender as demandas de produtos periciais provenientes da Polícia, Ministério Público, Justiça e todos outros Órgãos Federais, como ECT, Universidades, distribuídos em todo o Estado do Pará, além de participar de operações policcias, algumas delas em operações interestaduais ou, nacionais como o atendimento aos Jogos Pan e Parapan Americanos.

O indicador utilizado pelo setor é extremamente simples, superar anualmente o número de laudos produzidos, reduzindo as pendências de produtos solicitados, independentemente dos atendimentos externos oferecidos. Neste ano de 2007, embora próxima, a meta não foi alcançada devido a participação de boa parte da equipe na segurança dos jogos Panamericanos (quase 45 dias), turnover de pessoal nos últimos meses do ano e início da construção do laboratório de química no SETEC.

Espera-se a partir do segundo trimestre de 2003, com a conclusão das obras e, entrada em rotina dos novos Peritos que chegaram ao SETEC em Janeiro de 2008, uma retomada produtiva com minimização das solicitações pendentes.

As metas da DELEFAZ/SR/DPF/PA foram, no ano de 2007, parcialmente cumpridas, uma vez que este setor conta com reduzido número em seu efetivo, e elevada quantidade de inquéritos a serem instaurados, instruídos e relatados, e de ações a serem realizadas. Portanto, nem todas as necessidades foram atendidas, apesar dos esforços dos servidores lotados neste setor em cumpri-las integralmente.

No tocante aos crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, realizou-se repressão ao contrabando através de operações em conjunto com a Receita Federal, o que resultou em prisões de contrabandistas e conseqüente encaminhamento das mercadorias apreendidas àquele órgão federal. Não foram realizadas operações fluviais de repressão ao contrabando e descaminho, que deverão receber maior atenção, mas, através de denúncias anônimas, pôde-se chegar aos infratores e efetuar prisões em flagrante. Da mesma forma, é importante que sejam intensificadas ações periódicas nos portos e aeroportos alfandegados, com vistas à repressão ao descaminho de mercadorias, em conjunto com a Inspeção da Receita Federal.

Com relação às ações de repressão aos crimes cibernéticos neste Estado, não houve operações visando desarticular as organizações criminosas especializadas neste tipo de delito no ano de 2007, mas sim o desdobramento da Operação “CONTROL + ALT + DEL”, deflagrada em dezembro de 2006, que culminou com a condenação de todos os acusados perante a Justiça Federal.

No que tange à repressão da atividade de bingos e cassinos que se utilizam de máquinas do tipo “caça-níqueis”, a Polícia Federal neste Estado participou de operações em conjunto com a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual em agosto de 2007, quando foram apreendidas máquinas em diversos estabelecimentos desta capital. Além disso, está em

andamento um planejamento para execução de operação visando o fechamento de outros estabelecimentos, com o indiciamento dos responsáveis.

Quanto às ações de repressão à proliferação de rádios clandestinas na capital e no interior do Estado, foram realizadas operações, no início do ano de 2007 e no mês de outubro de 2007, em conjunto com a ANATEL, com o fim de desativar tais rádios e indiciar os responsáveis. Em algumas das rádios, os responsáveis fugiram quando da chegada da Polícia Federal, tendo sido apreendidos os equipamentos, realizadas as perícias pelo SETEC/SR/DPF/PA e encaminhados posteriormente à ANATEL. Em outras, onde se encontravam os responsáveis, foram apreendidos os equipamentos, formalizados os TCO's, realizadas as perícias, encaminhados os equipamentos à ANATEL, e relatados os TCO's, encaminhando-se os mesmos ao Juizado Criminal Federal. Trata-se de operação que deve ser realizada com frequência, uma vez que, não raro, os responsáveis pelas rádios clandestinas, após terem seus equipamentos apreendidos, adquirem outros novos e recomeçam as atividades ilícitas.

Existe, ainda, no Estado, grande incidência do crime previsto no art. 289 do Código Penal, havendo necessidade de repressão à circulação de moeda falsa através de ações que devem ser implementadas a partir de um estudo e planejamento adequados para se executá-las, com a punição dos fabricantes e envolvidos. No ano de 2007, não foram realizadas operações para reprimir a circulação de moeda falsa, porém, várias cédulas foram apreendidas e encaminhadas ao SETEC/SR/DPF/PA para elaboração de laudo e, posteriormente, reunião de todas as cédulas com o mesmo número de série a fim de ser realizada uma investigação aprofundada para se identificar os responsáveis.

No tocante aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, bem como aos crimes de desvios de verbas federais praticados por prefeitos, vereadores e demais gestores públicos, grande quantidade de IPL's foi instaurada nesta SR/DPF/PA no ano de 2007, além do elevado número de outros IPL's já em trâmite, tratando-se de delitos, muitas vezes, complexos e que demandam um tempo maior para apuração das infrações e término das investigações. Seria importante que os servidores participassem de cursos relacionados à investigação de tais crimes, devido a sua complexidade e importância de uma apuração eficaz, com o indiciamento dos infratores.

Quanto ao crime de furto tendo como vítima órgãos públicos federais, houve instauração de grande número de inquéritos em 2007, muitos dos quais foram relatados com alegação do princípio da insignificância, uma vez que se mostrou de pouco valor o bem

furtado, bem como o lapso temporal que dificultou sobremaneira o indiciamento dos infratores.

Com relação aos crimes contra a ordem tributária, também está em andamento um número significativo de IPL's, requerendo tais inquéritos uma atenção redobrada por se referirem a crimes cuja apuração é, muitas vezes, complexa e demorada, sendo aqui também importante que os servidores participem de cursos voltados a investigações desses delitos.

4.1.2 Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 0,00

Não foram descentralizados créditos específicos para esta ação no exercício, não obstante tal circunstância não impediu de todo a realização de atividades afins.

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN (Não há no âmbito da SR/PA)

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Estimativa de valores investigados: R\$

Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
não	-	-	-	não

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

Quantidade de armas apreendidas – 2007 *

TIPO (pistola, revólver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
fuzis	não especificados	04
espingardas	12	06
espingardas	36	01
espingardas	38	01
espingarda	22	01
espingardas	não especificadas	05
revólver	.38	13
pistola	380	01
pistola	765	02
pistola	.45	01
Arma não classificada		04
bufete		02

* Considerando que o subscritor assumiu a chefia desta delegacia somente no mês de dezembro do ano de 2007, a presente estatística tem por base informações contidas no SINPRO, razão pela qual não puderam ser mais precisas e englobarem todo o período solicitado.

Item	Meta	Justificativa	Ação	Prioridade	Prazo	Atingida
01	Superar o número de IPL's instaurados em 2007	Exercer e garantir o controle da criminalidade na cidade e no Brasil relativos ao crimes cuja a apresentação é de atribuição da policia federal.	Intensificar os trabalhos investigativos	2	curto	
02	Superar o número de IPL's relatados em 2007	Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da policia federal.	Otimizar os trabalhos	2	curto	
03	Manter o	Controlar a situação	Aumentar o	1	curto	

	aumento a quantidade de investigação relacionadas ao comercio ilegal de armas acessórios,munições e explosivos	ilegal inibindo a dificultando a ação do crime organizado	efetivo			
04	Promover a realização de reuniões periódicas entre os órgãos de fiscalização de produtos controlados	Estabelecer uma integração entre policia administrativa e a policia judiciária	Define a realização dos encontros e o respectivo cronograma de assentos	1	Curto	
05	Desenvolver software em conjunto com Delesp/Delepat/ Dre/Nti visando manter cadastro de armas apreendidas	Combater a criminalidade que utiliza armas e munições para prática de delitos	Atuar de forma preventiva e repressiva no tráfico ilícito de armas	1	Médio	
06	Criar um escritório de análise e núcleo operacional	Intensificar a repressão ao comércio clandestino de armas	Monitoramento dos principais vendedores clandestinos de armas e munições à criminosos atuante neste Estado	1	Médio	
07	Destinação de	Fornecer uma infra-	Aumentar a	1	Médio	

	<p>uma sala exclusiva para Delearn, com o aumento de computadores e viaturas</p>	<p>estrutura melhor aos servidores lotados nesta delegacia uma vez que funciona conjuntamente com a Dre</p>	<p>possibilidade de trabalhos dos agentes lotados nesta delegacia</p>			
--	--	---	---	--	--	--

Repressão a Entorpecentes – DRE

1. SITUAÇÃO:

Os traficantes e mulas envolvidas na produção, transporte e distribuição de drogas produzidos na Colômbia e Suriname e o caso do ecstasy, têm utilizado as peculiaridades geográficas do Estado do Pará, para introduzir carregamentos de mercadoria ilícita em território nacional e depois para a Europa e América.

2. MISSÃO:

Ações de prevenção e repressão ao combate do tráfico ilícito de entorpecentes e droga a fins no âmbito do Estado do Pará, e todas as investigações e operações coordenadas pela CGPRE/DCOR/DPF.

3. OBJETIVO:

- Identificar e interceptar pessoas e grupos brasileiros e estrangeiros que atuam a partir deste Estado no tráfico ilícito de entorpecentes;
- Identificar os métodos utilizados por tais grupos, visando a sua desarticulação;
- Apreender drogas e produtos químicos que estejam em situação irregular;
- Coletar dados e informações úteis às atividades de inteligência policial, na área de repressão ao tráfico de drogas;
- Adotar as providências de natureza administrativa e de polícia judiciária, de acordo com o que estabelece a legislação em vigor;
- Aperfeiçoar os mecanismos de intercâmbio internacional de informações.

4. ESTATÍSTICAS DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES

4.1 – REPRESSÃO A ENTORPECENTES

TIPOS DE ENTOPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
• Cocaína (KG)	115,29	434,33	1.274,24	926,78	1.496,00
• Crack (KG)	----	-----	-----	-----	-----
• Haxixe (KG)	----	-----	-----	-----	-----
• L.S.D (UN)	----	114	-----	-----	20
• Lança Perfume (FR)	----	-----	-----	-----	-----
• M.D.M.A. (UN) Exctase	10.879	58.000	-----	2.417	11.300
• Maconha (KG)	33,96	11,72	1,12	38,73	9,51
• Merla (KG)	----	-----	-----	-----	-----
• Pasta Base (KG)	----	-----	-----	-----	-----
• Pés de Maconha (UN)	----	-----	542	-----	197.500
• Mudas de Maconha (UN)	----	-----	-----	-----	118.022
• Sementes de Maconha (KG)	----	-----	-----	-----	7,700
• Psicotrópicos (UN)	----	-----	-----	-----	-----
• Cloreto de Etila (L)	----	-----	-----	-----	-----
• Heroína	----	-----	-----	-----	-----

5. ESTATÍSTICAS PRODUTOS QUÍMICOS:

TIPO DE PROCEDIMENTO	PERÍODO				
	2003	2004	2005	2006	2007
• Arrecadação (Emolumentos)	----	----	----	----	----
• Arrecadação (Multas)	----	----	----	----	----
• Arrecadação (TOTAL)	----	----	----	----	----

• Ordens de Missões expedidas	014	011	041	048	072
• Ordens de Missões cumpridas	014	010	041	048	072
• Ordens de Missões à cumprir	000	001	000	000	000
• Ordens de Missões relatadas	014	011	041	048	072
• Ordens de Missões à relatar	000	000	000	000	000
• Embarcações fiscalizadas	000	000	000	013	012
• Empresas fiscalizadas	000	000	032	029	008
• Empresas Notificadas	----	007	006	019	006
• Licença p/ pessoa física	003	000	000	000	000
• Habilitação de empresas	083	045	000	000	052
• Renovação de Licença	063	076	000	000	098
• Licenças emitidas	146	140	148	190	105
• Licenças liberadas	068	105	096	102	140
• Ofícios expedidos	283	343	163	291	230
• Ofícios recebidos	092	062	066	078	087
• Memorando expedidos	048	038	031	046	066
• Memorando recebidos	003	002	004	006	007
• Mapas de Controle (analisados)	450	295	192	137	121
• Inclusões (SIAPRO)	563	450	382	410	312
• Movimentações (SIAPRO)	234	190	229	247	184
• Autorizações Prévias Emitidas Importação	000	000	000	000	000
• Autorizações Prévias Emitidas Exportação	000	000	000	000	000

Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT (Não informado)

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Análise Crítica:

Há em trâmite nesta SR/DPF/PA um elevado número de inquéritos com vistas a apurar delitos de lavagem de dinheiro, distribuídos a vários setores, não só à DELEFAZ. Não foi realizada, em 2007, nenhuma operação relacionada ao crime de lavagem de dinheiro, porém, quanto ao combate ao crime organizado, foi relatado o inquérito relativo à Operação “CONTROL + ALT + DEL”, que trouxe como consequência a prisão da quadrilha e a condenação de todos os acusados na Justiça Federal.

Por fim, acrescente-se que é de fundamental importância a cooperação da Receita Federal e do Ministério Público Federal, bem como a intensificação da política de relacionamento com essas instituições para a apuração de inquéritos relativos a crime organizado e de lavagem de dinheiro, sendo necessária tal parceria tendo em vista os obstáculos bancários, fiscais e judiciais quanto à obtenção de informações essenciais. Mais uma vez, ressalte-se a necessidade de participação de servidores em cursos relacionados às investigações desses tipos de delitos, já que apresentam grande complexidade.

4.1.3 Ação: 2662 – CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 0,00

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO

Análise Crítica:

No ano de 2007 não ocorreram eventos de capacitação (ainda que a Equipe de T&D/SR/DPF/PA, tenha solicitado em diversos processos) para os recursos humanos da SR/DPF/PA, direcionados pela Equipe de T&D, via recursos do **Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos – PCDRH** ou outros, em razão da indisponibilidade de recursos em todas as oportunidades em que foi demandada capacitação.

4.1.4 Ação: FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 186.740,44 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos)

O valor foi destinado ao custeio de diárias e passagens nos deslocamentos para realização de atividades relacionadas a esta ação no âmbito da circunscrição desta Superintendência Regional.

4.1.5 Ação: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DO DPF.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 90.000,00

O valor foi destinado a contratação dos serviços de execução dos serviços de adequação da estrutura física do Laboratório de Química Clássica e Instrumental que atenderá a necessidade dos serviços periciais do SETEC/SR/DPF/PA.

Outras atividades**Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR**

A Corregedoria Regional é uma unidade da estrutura organizacional desta Superintendência Regional que tem como atribuições: a análise de expedientes internos e externos; emissão de manifestação quanto à admissibilidade de inquéritos policiais, a luz da legislação vigente e atribuições constitucionais do DPF; cumprimento de cartas precatórias; consultas aos sistemas corporativos do DPF visando evitar duplicidade de inquéritos policiais, termos circunstanciados e LREs; emissão de pareceres em processos administrativos disciplinares, excetuados aqueles distribuídos ao Núcleo de Disciplina; atendimento à consultas formuladas pelo Gabinete e autoridades policiais e atendimento ao público externo que comunica denúncias de crimes ou infrações disciplinares supostamente perpetradas por Policiais Federais.

NÚCLEO DE
DISCIPLINA/SR/DPF/PA

ATIVIDADES	NÚMERO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Quantidade de Pareceres expedidos (notícias de infração disciplinar)	84	NUDIS/COR/SR/DPF/PA	Analisar diversas notícias de possíveis transgressões disciplinares	
Expedientes arquivados	37	NUDIS/COR/SR/DPF/PA	Ausência de materialidade nas denúncias apresentadas	Arquivamento
Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados	06	SR/DPF/PA	Apurar infrações disciplinares garantindo ao acusado o contraditório e ampla defesa	Vide anexo 02
Procedimentos Administrativos Disciplinares suspensos por meio de decisão judicial: (PAD N.º 001/2007 e PAD n.º 004/2007)	02	SR/DPF/PA	Decisão judicial suspendendo os efeitos do PAD - Trancamento	Vide anexo 02
Sindicâncias Investigativas instauradas:	17	SR/DPF/PA	Apurar diversas infrações administrativas, inclusive acidentes com viaturas e extravios de armas	vide anexo 01
Sindicâncias investigativas arquivadas:	06	SR/DPF/PA	Ausência de transgressão disciplinar e responsabilidade civil por parte do servidor	vide anexo 01
Sindicâncias investigativas pendentes de conclusão:	09	SR/DPF/PA	Em apuração	Em apuração
Sindicância Investigativa com sugestão de instauração de procedimento disciplinar:	01	SR/DPF/PA	Sugerindo instauração de PAD por restar configurada a transgressão disciplinar e autoria	Aguardando servidor estável
Investigação Prévia instauradas:	05	SR/DPF/PA	Extravio de Carteira de Identidade Funcional	
Investigação Prévia arquivada:	04	SR/DPF/PA	ausência de culpa do servidor	Arquivada
Investigação prévia com sugestão de instauração de Sindicância:	01	SR/DPF/PA	Não restou comprovada a ausência de culpa do servidor. Necessidade de esclarecimentos	Aguardando servidor estável
Procedimento especial de acidente em serviço instaurado:	00			
Procedimento especial de acidente em serviço pendente de	02	SR/DPF/PA	Apurar o acidente ocorrido com servidor/ aguardando designação de servidor estável	aguardando instauração

instauração:				
Sindicâncias Investigativas instauradas no âmbito de Marabá-PA:	02	SR/DPF/PA	Apurar acidentes envolvendo viaturas oficiais/ Ausência de culpa dos servidores envolvidos	Arquivada
Sindicâncias Investigativas instauradas no âmbito de Santarém-PA:	00	Não informado		
Sindicâncias Investigativas instauradas no âmbito de Altamira-PA:	00	NÃO HÁ		
Sindicâncias Investigativas instauradas no âmbito de Redenção-PA:	00	Não informado		

RELAÇÃO DE EXPEDIENTES PENDENTES DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

N.º	ATIVIDADES	DATA	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
0	SINDICÂNCIAS (ACIDENTE DE VEÍCULO)	Pendentes	SR/DPF/PA	Instaurar procedimentos administrativos em conformidade com a IN N.º 183/1986	Aguardando designação de servidor estável
1	Memo. 014/2005-NUCART/SR/DPF/PA	31/05/2005	DPF/ATM/PA	Acidente envolvendo a viatura oficial Ford Ranger, placa JUV 6711 , envolvendo motociclista alcoolizado, fato ocorrido na cidade de Altamira-PA	Aguardando designação de servidor estável
2	Memo n.º 087/2007	17/06/2007	SR/DPF/PA	Acidente envolvendo a viatura oficial FORD/RANGER, prata, placa JUV-5841 Belém-PA, placa disfarce JUS 1906 , ocorrido no dia 17/06/2007	Aguardando designação de servidor estável
3	Memo n.º 088/2007-NAD/SELOG/SR/DPF/PA	18/06/2007	SR/DPF/PA	Avárias detectadas em viatura oficial, Blazer/Chevrolet, placa JTV-4771 , a qual havia sido conduzida pelo APF Walter Saraiva Chisto no dia 18/06/2007	Aguardando designação de servidor estável
4	Memo n.º087/2007-NAD/SELOG/SR/DPF/PA	18/06/2007	SR/DPF/PA	Apurar danos sofridos por viatura oficial Ford Ranger, placa JUV 5841 , quando dirigida pelo EPF Leonardo Hilarião Mesquita.	Aguardando designação de servidor estável
5	Despacho: 39/2007-SELOG/SR/DPF/PA e memo n.º 122/2007/DELEFAZ	30/10/2007	SR/DPF/PA	Avárias constatadas na viatura oficial FORD RANGER, Placa JUV-5841 , quando do cumprimento de OMP desencadeada pela DELEMAPH/SR/DPF/PA	Aguardando designação de servidor estável
6	Ocorrência de Plantão n.º 2172 de 31/10/2007 para 01/11/2007 e memo. 111 de 23/01/2008 DELEMIG/SR/DPF/PA	31/10/2007	SR/DPF/PA	Acidente envolvendo viatura oficial placa JUV 4001 e uma viatura da polícia militar do Pará, ocorrido em 31/10/2007	Aguardando designação de servidor estável
7	Relatório de MISSÃO Policial n.º 1395/2007	11/12/2007	SR/DPF/PA	Acidente envolvendo viatura oficial, Frontier, placa JKH 4141 e L-200 Vermelha, placa JVG 4601	Aguardando servidor estável

8	Parecer NUDIS 082-A/2007/NUDIS/COR/SR/DPF/PA e Memo.1776/2007/DELINST/SR/DPF/PA	18/12/2007	SR/DPF/PA	Avarias constatadas na viatura oficial Santana JWU 2362	Aguardando servidor estável
9	Ocorrência Plantão SR/DPF/PA, de 18/01/2008 para 19/01/2008	18/01/2008	SR/DPF/PA	Avarias constatadas na viatura oficial VTR L200, VERMELHA, placa JVG-4001 , teve o parbrisa danificado por uma manga, quando estava estacionada na Av. Presidente Vargas, em frente aos correios.	Aguardando servidor estável
10	Ocorrência de Plantão SR/DPF/PA de n.º 188/2008	07/02/2008	SR/DPF/PA	Acidente envolvendo viatura oficial placa JUV 3551 , a qual foi atingida pelo veículo particular celta, placa JUB 7154, resultando em arranhões na lataria.	Aguardando servidor estável

RELAÇÃO DE EXPEDIENTES PENDENTES DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

N.º	ATIVIDADES	DATA	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
0	SINDICÂNCIAS (EXTRAVIO DE ARMA DO DEPARTAMENTO)	Pendentes	SR/DPF/PA	Instaurar procedimentos administrativos para apurar extravio de arma	Aguardando desinação de servidor estável
1	Extravio de Arma do servidor PCF LEONARDO DE OLIVEIRA SANTANA	20/11/2007	SR/DPF/PA	Extravio da pistola GLOCK, modelo G-19, Registrada sob o número 000139927; QUE	Aguardando desinação de servidor estável

RELAÇÃO DE EXPEDIENTES PENDENTES DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

N.º	ATIVIDADES	DATA	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
0	SINDICÂNCIAS (EXTRAVIO DE ARMA DO DEPARTAMENTO)	Pendentes	DPF/RDO/PA	Instaurar procedimentos administrativos para apurar extravio de arma	Aguardando desinação de servidor estável
1	Extravio de Arma do servidor APF HALBER GOMES DA SILVA		DPF/RDO/PA	Extravio da pistola GLOCK, modelo G-19, Registrada sob o número 000139927; QUE	Aguardando desinação de servidor estável

RELAÇÃO DE EXPEDIENTES PENDENTES DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

N.º	ATIVIDADES	DATA	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
0	Procedimento especial de acidente em serviço	Pendentes	SR/DPF/PA	Instaurar procedimentos administrativos para apurar acidente em serviço	Aguardando desinação de servidor estável

1	Processo especial de acidente em serviço	25/11/2005	SR/DPF/PA	Acidente ocorrido em evento esportivo patrocinado pelo evento	Aguardando desinação de servidor estável
---	--	------------	-----------	---	--

RELAÇÃO DE EXPEDIENTES PENDENTES DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

N.º	ATIVIDADES	DATA	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
0	SINDICÂNCIAS (ACIDENTE DE VEÍCULO)	Pendentes	DPF/RDO/PA	Instaurar procedimentos administrativos em conformidade com a IN N.º 183/1986	Aguardando desinação de servidor estável
1	Acidente de viatura	03/06/2007	DPF/RDO/PA	Acidente envolvendo viatura oficial L-200, vermelha, placa JVH3579-PA	Aguardando desinação de servidor estável
2	Acidente de Viatura	05/04/2007	DPF/RDO/PA	Acidente automobilístico envolvendo viatura oficial L-200, prata, placa JVH 3609-PA	Aguardando desinação de servidor estável

RELAÇÃO DE EXPEDIENTES PENDENTES DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

N.º	ATIVIDADES	DATA	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
0	SINDICÂNCIAS (ACIDENTE DE VEÍCULO)	Pendentes	DPF/ATM/PA	Instaurar procedimentos administrativos em conformidade com a IN N.º 183/1986	Aguardando desinação de servidor estável
1	Memo. 014/2005-NUCART/SR/DPF/PA	31/05/2005	DPF/ATM/PA	Acidente envolvendo a viatura oficial Ford Ranger, placa JVU 6711 , envolvendo motociclista alcoolizado, fato ocorrido na cidade de Altamira-PA	Aguardando desinação de servidor estável